

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E QUESTÕES DE GÊNERO: UM *LOCUS* DE PROLIFERAÇÃO DE HETERONORMATIVIDADES

Gabriel Maçalai¹
Bianca Strücker²

RESUMO

O objetivo deste artigo é, através do método hipotético-dedutivo, e do uso de fontes bibliográficas, discutir acerca da sociedade de informação, fazendo uma breve retomada histórica das Revoluções Industriais, que foram demarcadas pelo surgimento da máquina a vapor, da energia elétrica, e da internet. A partir da conceituação de sociedade de informação, se faz apontamentos sobre questões de gênero, tais como os papéis sociais impostos à homens e mulheres. Por fim, se discute acerca do uso da internet como democratizador nas discussões de gênero, ou na ratificação de velhos paradigmas heteronormativistas, que impedem o reconhecimento de uma sociedade plural.

Palavras-chave: Sociedade da informação; Gênero; Heteronormatividade.

1 INTRODUÇÃO

As grandes Revoluções Industriais, aliadas ao surgimento da internet demarcaram uma modificação não somente nas relações de trabalho, mas sociais, interferindo diretamente nas problemáticas relacionadas ao gênero. Compreender como ocorreu o processo de revolução, que se inicia na fábrica, com a criação da máquina a vapor, posteriormente a energia elétrica, e por fim, o surgimento da internet, significa olhar para uma expressiva alteração no modelo social, que deixa o campo e passa a trabalhar massivamente nas fábricas.

Nas sociedades pré-industriais havia a divisão sexual do trabalho, mas não ocorria a separação entre homens e mulheres quanto ao local de trabalho. As atividades laborais eram exercidas todas no mesmo ambiente, não havendo separação entre as familiares e as de trabalho. As mulheres no campo trabalhavam na terra, na cozinha e eram responsáveis pela criação dos filhos, e nos povoados, conduziam o comércio de seus maridos. Ocorria um significativo aumento das indústrias domésticas e domiciliares para a confecção de

¹ Mestre em Direito pelo PPGD da UNIJUI. Bacharel em Direito e Teologia e Licenciado em Filosofia e Estudos Sociais. Advogado, assessor jurídico do Município de Inhacorá – RS, professor de graduação e pós-graduação e Diretor Executivo da Faculdade Interação Santo Augusto (FAINTER). E-mail: gabrielmacalai@live.com.

² Acadêmica do Curso de Doutorado em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, pesquisadora bolsista da CAPES, advogada. E-mail: biancastrucker@hotmail.com.

mercadorias, o que em princípio não ocasionou quebra no padrão anterior, nem separação entre domicílio e local de trabalho, combinando a produção doméstica e a de fora de casa.

As mudanças econômicas, no entanto, necessariamente acarretaram mudanças em outros domínios da vida social, de forma que as indústrias domésticas não tardaram a contribuir para diminuir a diferença entre o trabalho considerado feminino (a ser realizado por mulheres) e o considerado masculino (a ser realizado por homens). Tais mudanças implicaram em alterações na estrutura familiar, que afetaram desde a forma como se davam os casamentos, até o número de filhos que cada casal poderia ter.

Assim, discutir gênero a partir da sociedade de informação, significa um novo olhar para novas demandas, como o uso da internet com o objetivo de democratizar a discussão, dando voz e vez a todos. Por outro lado, pode também ser instrumento de opressão, que dá voz não apenas a bons ideais, mas a ratificação de preconceitos, e subjetivação daqueles que não se encaixam no padrão social, sem deixar de mencionar o uso da rede para os chamados *porn revenge*, que normalmente estão ligados a uma falsa e precária ideia de legitimação de poder de gênero, e das estruturas patriarcais.

2 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A humanidade sempre esteve ligada à criação de tecnologias que facilitassem a vida, os meios de produção e o mercado. É fácil verificar (SANTOS, CARVALHO, 2009), como demonstração dessa afirmativa, que a Primeira Revolução Industrial, ocorrida no limiar do século XVIII, teve grande influência na invenção do motor a vapor que se deu em 1769, onde máquinas a vapor substituíram seres humanos e trouxeram ganhos em relação à velocidade e ao desempenho.

A segunda Revolução Industrial, ocorrida na metade do Século XIX, foi, em grande parte, criada pela energia elétrica que possibilitou o surgimento de meios de comunicação à distância. A Terceira, por seu turno, abriu caminho para a Sociedade de Informação, visto que, deixou evidente a dependência da produção com as tecnologias e a ciência. “As expressões sociedade industrial, pré-industrial e pós-industrial são seqüências conceituais ao longo do eixo da produção e dos tipos de conhecimento utilizados” (BELL, 1973, p. 25).

Assim, as discussões sobre a Sociedade de Informação surgem a partir das revoluções industriais vividas pela humanidade. “A sociedade pós-industrial é uma sociedade da informação, como a sociedade industrial é uma sociedade produtora de bens” (BELL, 1973, p. 467). Ademais, nos últimos tempos, conforme Castells (1999) o homem tem trabalhado para a criação de tecnologias que permitam o surgimento de novas tecnologias, gerando um círculo vicioso e que não possui nenhuma finitude. Ademais, “[...] Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força produtiva direta, não apenas um elemento decisivo do sistema de produção” (CASTELLS, 1999, p.26).

Passamos a uma produção em massa de tecnologias que permitem não apenas viver melhor mas produzir novas tecnologias. E não só isso, a tecnologia tem alterado a vivência de pessoas em todo o mundo. Uma ótima demonstração dessa afirmativa é o surgimento de sistemas comunicativos digitais que têm como forma de interação a utilização da rede mundial de computadores, internet, e que permeia os sistemas comunicativos sociais. A propósito, a internet surgiu nos anos 70, mas alcançou seu clímax ao se popularizar nos anos 90. Esse sistema de comunicação social, digital, virtual permite diversas formas e maneiras de interação social, e tem o condão de tornar aquilo que é virtual em real, bem como o contrário (CASTELLS, 2004).

Embora já estejamos inseridos em uma sociedade digital, sua evolução tem sido cada vez cada vez mais abrangente e rápida. Em 1960, por exemplo, embora já existisse alguma tecnologia disponível no mercado, ainda não fazia nenhum sentido se falar em “digitalizar” ou, ainda, “via expressa de dados”, termos típicos da linguagem da Sociedade da informação, que só se tornaram comuns graças a políticas governamentais dos Estados Unidos em 1993 (BRIGGS, BURKE, 2006, p.267).

A popularização da internet se deu em especial entre os anos de 1990 e 1995, e boa parte de sua ascensão se deu graças a popularização dos computadores pessoais, dos navegadores e dos sistemas desenvolvidos (RYAN, 2010). Tal evolução, mais uma vez possibilitou o surgimento de novas tecnologias, por exemplo, a criação do microprocessador deu origem ao microcomputador, tornando possível o surgimento de *softwares* que por sua vez permitiram a comunicação e a interligação entre outros microcomputadores, formando uma grande rede de interconexões (CASTELLS, 1999).

Conseqüentemente, o computador, criado como uma máquina de executar cálculos, deixa sua função primordial e passa a aderir a novas funcionalidades. “No entanto, a história da informática será marcada pela transição destas máquinas apolíneas em máquinas dionísicas, potencializando o lúdico, a efervescência comunitária e a apropriação artística” (LE MOS, 2002, p. 112). O autor deixa evidente que os computadores e suas possibilidades e variações adquiriram papéis fundamentais na vida de toda a humanidade.

Pinheiro (2010) entende que a internet está presente na vida de todos ou de quase todos os seres humanos, visto que, todos ou quase todos dependem diretamente ou indiretamente da web para a realização de suas atividades cotidianas como trabalho, lazer, comunicação e a própria vivência. Nesta esteira, Recuero (2009) entende que a comunicação através dos computadores é complexa, possuem certo grau de complexidade e geram relações sociais. Ademais, a comunicação não precisa ser apenas mediata, como é por carta e nem apenas imediata, como em um telefonema, mas pode se dar das duas formas.

Diante disso, é fácil perceber a Sociedade de Informação no cotidiano. Conceitua-la, no entanto, é matéria mais difícil. A expressão “sociedade de informação” surge dos embates acadêmicos de Zbigniew Brzezinski para quem, a expressão “sociedade pós-industrial” estava totalmente afastada de axiomas e por isso indicava como correto o termo “sociedade tecnocrônica”, pois para ele “a nova tecnologia das comunicações eletrônicas é que havia inaugurado a nova era” (1971, p. 11).

A “sociedade tecnocrônica” embora estivesse amplamente fundamentada e correta, não obteve utilização maciça. Freitas (2002) afirma que a primeira utilização do termo “sociedade de informação” se deu em 1970 pela American Society for Information Science (ASIS), em uma reunião anual para tratar do tema “The Information Conscious Society”. No entanto, há quem entenda que o termo foi galgado pela primeira vez por estudiosos japoneses em publicações acadêmicas, ainda na década de 60.

Neste interim, muito feliz é a concepção de Armand Mattelart (2002, p. 07), para quem, “a noção de sociedade global da informação é resultado de uma construção geopolítica”. Neste sentido, a sociedade de informação é uma demonstração da sociedade pós-industrial, visto que a sociedade de informação possui agentes de transformação “[...] da

mesma maneira que a combinação de energias, recursos e tecnologias mecânicas foram os instrumentos transformadores da sociedade industrial”. (BELL, 1980, p. 531).

É preciso mencionar que a Sociedade de Informação é necessariamente uma dimensão baseada no conhecimento. No dizer de Siqueira Junior (2009, p. 205-208):

A Sociedade da Informação é aquela em que o desenvolvimento encontra-se calcado em bens imateriais, como os dados, informação e conhecimento. O conceito de sociedade da informação é amplo, e não se reduz ao aspecto tecnológico, abrangendo qualquer tratamento e transmissão da informação, que passa a possuir valor econômico. [...] A produção foi substituída não só pela informação, mas pelo conhecimento e o saber. [...] A sociedade da informação tem como principal valor a informação, o conhecimento. Na era agrícola a terra se configurava como fator primordial da geração de riquezas. Na era industrial a riqueza surge da máquina a vapor e da eletricidade. Na era do conhecimento, a informação e o conhecimento são os atores centrais da produção econômica.

Por oportuno, é preciso destacar que a sociedade de informação é capaz de criar meios de inserção e interação social, dando origem ao ciberespaço colocando fim a distâncias físicas e corpos materiais se tornam desinteressantes. Ou seja, já não é mais necessário se deslocar para viagens, é possível conhecer o mundo todo de qualquer lugar do planeta. A distância, na verdade, é algo totalmente desinteressante nesse período, “[...] às vezes parece que só existe para ser anulada, como se o espaço não passasse de um convite contínuo a ser desrespeitado, refutado, negado” (BAUMAN, 1999, p. 85). Ademais, o autor segue falando sobre o espaço e diz que “[...] basta uma fração de segundo para conquistá-lo”.

Assim, as fronteiras já não existem para o mundo virtual e as estruturas da Modernidade foram desfeitas. A sociedade de informação ocupa todos os locais possíveis, esta presente em todo o globo. As fronteiras nacionais, como afirma David Held (1991), eram utilizadas como base para a determinação se algum sujeito era incluído ou excluído de algum debate, ou da tomada de decisões. Quando tais fronteiras são retiradas surgem grandes problemas acerca da sustentabilidade de ideias de legitimidade, consenso e de democracia. É que as fronteiras, limites das redes não marcam separações, mas sim identificações. “[...] Não é um limite físico, mas um limite de expectativas, de confiança e lealdade, o qual é permanentemente mantido e renegociado pela rede de comunicações” (CAPRA, 2008, p. 23).

Essa ausência de fronteiras, produzida pela sociedade de informação, neste sentido, pode representar um grande avanço social e humano, como Luño (2013) aponta ao se referir a

cibercidadania, mas também pode fazer com que sujam “ameaças externas” à democracia (BOBBIO, 1992) que podem ocasionar “[...] mudanças na escala da vida política podem (mais uma vez) alterar os limites e as possibilidades do processo democrático”, no dizer de Robert Dahl (1982, p. 312).

Assim como a ideia de revolução industrial está intimamente ligada a substituição de mão de obra profissional por máquinas, demonstrando um lado negativo na construção de uma sociedade mais tecnológica, o avanço da sociedade de informação pode, por um lado trazer a possibilidade de aprimoramento democrático agora, em âmbito global, como pode levar a derrocada os pressupostos mais básicos da democracia. Held (1991) informa que o cosmopolitismo é uma problemática antiga, mas também atual e que cada vez mais decisões políticas são tomadas fora das estruturas dos Estados-nação e que, nem sempre, as estruturas tradicionais da democracia acompanham tais decisões.

Nesta vertente, a sociedade de informação é capaz de trazer comunicações instantâneas e a grandes massas. Como dito, é possível perceber que toda ou quase toda a humanidade depende da internet nos dias atuais. Levy (1993) aponta para o surgimento de meios de comunicação que não estejam ligados a estruturas de base (rádio, televisão, imprensa, dentre outros) e apresenta a ideia de uma rede digital formada por polos funcionais que são a produção, a recepção e a transmissão e arquivamento de dados informacionais.

O acesso à informação, desta forma, se torna cada vez mais global e instantâneo. Cada vez mais as informações podem ser atualizadas com mais frequência, apresentadas em tempo real, recebidas por mais pessoas e, quiçá, principalmente, ofertada por mais fornecedores. Logo, a interface digital permitiu a disseminação de informações de massa facilitando a ampla e rápida troca de informações (LEVY, 1993).

André Lemos (2010 p. 25) afirma que há uma possibilidade de liberação da palavra na sociedade internacional, e tal situação é “correlata ao aumento da esfera pública mundial e da emergência de novas formas de conversação e de veiculação da opinião pública, agora também planetária”. E tal situação é capaz (re)formular opiniões, posições políticas, ideologias e culturas, permitindo diálogos massivos e pós-massivos. Lemos afirma que a constituição estrutural massiva é importante, pois permite a formação do público criando um

sentido de pertencimento local enquanto que o pós-massivo permite um diálogo despersonalizado, sem mediadores e sem um território determinado.

Aprimorando o debate, Soares (1997) defende que em sua concepção, a maior ferramenta da globalização foi o conjunto de redes de comunicação de massa, visto que a abrangência, o alongamento e a eficácia de tais redes estão no cerne das transformações da virada do século. Na sequência, o mesmo autor apresenta a ideia do surgimento de uma linguagem universal, nas palavras do estudioso “[...] o processo mais eficaz que a história conhece no plano da instauração de uma língua transnacional, ultrapassando modelos imperialistas tradicionais ou processos colonialistas convencionais”.

No entanto, as discussões podem, cada vez mais, se multiplicarem neste aspecto, visto que, depois de lançadas, as palavras não pertencem mais ao seu criador, pertencem a todos que se apropriam da leitura, como é possível ler nos textos de Mario Osório Marques (2008) e também como é apontado por Levy (1996), para quem um texto lançado na sociedade internacional permite uma leitura de múltiplas formas, através dos múltiplos olhares dos leitores. Para ele “Um pensamento se atualiza num texto e um texto numa leitura (numa interpretação). Ao remontar essa encosta da atualização, a passagem ao hipertexto é uma virtualização”, ademais, todas as mensagens são interativas e possibilitam variações instantâneas.

Assim, outro aspecto importante é a ausência de qualquer forma de controle quanto as informações disponibilizadas na internet. Tanto é que seria impossível controlar todas as informações produzidas no mundo. Por isso, a internet, as redes sociais acabam se tornando um cenário de faroeste, muitas vezes vazio de personalização, mas repleto de conteúdos inverídicos, difamatórios e degradantes. Diante de tal situação que Ferrajoli (2011) percebe que as liberdades ofertadas pela internet e pelas tecnologias trazem consigo a negatividade da invasão da privacidade humana, do acesso a fatos, dados e informações inverídicas ou pessoais.

Há, inclusive, quem chegue a afirmar que a globalização e a sociedade de informação ocasionaram uma “[...] reinversão da maneira como os indivíduos vivem, trabalham e fazem política” (SANTOS JUNIOR, 2007, p. 163). Ou seja, o Estado passou a se tornar incapaz de controlar ou intervir nas relações humanas com o mundo e com as informações, como antes se

fazia permitindo que controles dos governos locais sobre os meios e procedimentos de produção e da tomada de decisões. Logo, o controle econômico e político das autoridades estatais é colocada em cheque com a democratização das informações. Não é mais possível, como ocorreu outrora, controlar o acesso a informações, como em agosto de 1991, na União Soviética, quando todas as emissoras de rádio e televisão de Leningrado foram fechadas com o intuito de isolar as cidades acerca das notícias oriundas do exterior, menosprezando, neste momento a existência de aparelhos de fax, que encaminhavam notícias para fora das barreiras.

E grande é a extensão de tal discussão que coloca à baila direitos e suas formas de resolução de conflitos entre si. Por um lado, pode estar o gozo da liberdade de expressão e do sujeito de direitos, de outra banda, surgem problemas como a invasão de contas e perfis pessoais, a divulgação de informações sabidamente inverídicas, a exposição pessoal ou o direito ao esquecimento, a pregação do medo e de calamidades e ainda, o anonimato, que tem sido um grande problema social e internacional.

O debate poderia, sem dúvidas, açabancar outros campos como a economia, já que segundo Sabbatini (1996) a economia também se tornou global graças a sociedade de informação, bastando apenas, a qualquer cidadão, possuir um cartão de créditos internacional para comprar pela internet, criando uma economia global.

Por oportuno, é possível perceber que a sociedade de informação, pós-industrial, é um termo repleto de entendimentos e axiologias. Representa um novo período da história humana, no qual o ser humano pode acessar tudo que quiser, adquirir o que desejar e se comunicar com o mundo todo sem nenhum deslocamento, sem nenhum desgaste, apenas acessando alguma forma de tecnologia que possivelmente carregue em sua bolsa ou bolso. No entanto, essa nova forma de expressão humana, através das novas tecnologias, carrega consigo uma série de benefícios e prejuízos.

Se por um lado permite ao homem alavancar maior conhecimento sobre algo de seu interesse, permite também que seus opositores saibam o mesmo, sem falar nas inovações que a Sociedade de informação tem trazido para o Estado-nação, para a Sociedade Internacional e a democracia, criando espaços sem fronteiras e difundindo o que melhor entender.

3 GÊNERO E SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

No campo das ciências sociais há vasta bibliografia analisando e discutindo acerca de gênero, sexualidade, afeto, dentre outros conceitos que são importantes ao discutir a sociedade plural em que vivemos. Para definir o que é o sexo humano buscam-se dados físicos e biológicos, os quais demarcam como característica do sexo a existência de um aparelho genital, cujo traço diferenciador entre eles produz as perspectivas humanas dos machos e fêmeas. Na história moderna, em períodos predominantes, o sexo foi responsável pelo modo como as pessoas agiam, pensavam e sentiam, ou como esperava-se que o fizessem. Porém, da maneira como era compreendido, o sexo não era capaz de distinguir os diferentes níveis de realidade desses fenômenos, tarefa conferida ao gênero, cujo conceito foi elaborado pelas ciências sociais no sentido de dar ao sexo anatômico uma construção social.

Estudos na área das ciências sociais passaram a conceituar o gênero com o objetivo de diferenciar a dimensão biológica (sexo) da social (gênero), tendo por base o pensamento de que a maneira de vivenciar as experiências de ser homem e ser mulher são criadas não a partir da biologia, mas sim da cultura. Conforme Scott (1995) a conceituação de gênero deve ser olhada pelo prisma histórico, pois ao longo dos séculos, as pessoas utilizaram de forma figurada "termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais" (Scott, 1995, p.72). Recentemente a palavra gênero passou a ser vista no sentido literal, como uma forma de entender, visualizar e referir-se à organização social da relação entre os sexos, numa resistência ao determinismo biológico implícito presente no uso dos termos pautadas no sexo ou diferença sexual.

Conforme Scott (1995, p. 72) o "objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la". Assim, gênero seria uma forma de indicar construções sociais, ou "uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado" (SCOTT 1995, p. 75). Pensar gênero, deste modo, pressupõe todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças

percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Desta forma, gênero significa que homens e mulheres são produto de uma interação social e, dependendo de qual contexto se analise, o que se designa por masculino e feminino pode variar, mas, cada sociedade cria modos legítimos de ser homem e de ser mulher, criando determinadas hierarquias entre essas identidades.

A utilização da heterossexualidade como padrão de expressão sexual consiste no heterossexismo, “que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior” (BORRILLO, 2010, p. 31). Paralelo ao heterossexismo, encontra-se a heteronormatividade, que é a expressão das "expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade" (MISKOLCI, 2009, p. 332).

As questões de gênero são antigas e perfazem discussões que passam do cunho apenas biológico. Tais ações chegam ao campo da Teologia, Filosofia, Direito e chegam a mirar aspectos da espiritualidade humana. Na atualidade, ao discutir gênero, não se pode ratificar discursos binários oriundos, ainda, do século XVIII, trazendo divisões entre seres humanos como algo natural entre homem e mulher. Tal definição traz consigo conceitos de gênero que leva em consideração uma construção social e histórica de sexo e corpos (LOURO, 1995).

Deter o gênero em apenas concepções de sexo, cultura e questões biológicas é estabelecer marcas entre indivíduos e esperar que cada ser humano execute sua função social no que diz respeito a comportamento e representação identitária. Essa concepção de gênero está presa ao corpo que passa a ditar marcas sociais estabelecidas “a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura” (LOURO, 2004, p. 75), que, automaticamente, passam a representar *status* de poder, ao passo que, conforme a mesma autora, passam a definir sujeitos.

Como dito, não se deve permitir que o discurso de gênero se limite a tal concepção. No entanto, quando se fala em discurso de gênero na *internet* e, em especial, nas redes sociais que são de expressão importantíssima para a sociedade internacional. É que nesses locais de discussão, sem prévios regramentos e sem condução ou mediador definido, a troca de ideias

tende a cair em uma vala comum, repleto de discursos religiosos, antiquados e infundados. Tal problema é visitado por Castells (2005, p. 17, 18), quando afirma que,

As redes ao longo da história têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social. Por um lado, são as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projecto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa.

Neely (2012) entende que as discussões de gênero na internet estão limitadas à exposições pornográficas, inclusive dos movimentos chamados feministas, existindo, assim, lendas utópicas acerca da possibilidade de diminuição da violência ou de desigualdades de gênero através da rede mundial de computadores visto que o corpo físico cada vez mais é acessado e mencionado, se colocando, cada vez mais, longe dos méritos do discurso.

Assim, se tem na sociedade de informação um amplo espaço de visibilidade, mas que é utilizado para proliferação das heteronormatividades. Essa atuação tem majorado os casos de pornografia, violência e abusos, cada vez mais normalizados dentro da sociedade internacional que deveria combater abusos e criar um espaço comum de vivência e trocas.

Em que pese a possibilidade de formar redes, os discursos na era digital são marcados por uma cultura confessional que perpetua diálogos de exclusão, preconceitos e que legitimam posições de ideologia e de poder socialmente construídas através de privilégios e prejuízos, desigualdades e indiferenças (RIBEIRO E MIRANDA, 2012; MARKHAM, 2005).

Ademais, ao formar uma rede, a sociedade internacional através de suas tecnologias, passa a formar uma colcha de retalhos em um mundo interligado, onde existe, ao mesmo tempo, uma troca de saberes e conhecimentos e um processo de pertencimento aos discursos e dilemas que não são mais locais ou pessoais, mas sim, globais. Assim, os movimentos de gênero previsão criam caminhos que reformule suas agendas através de boas estratégias e de intervenção, caso contrário, a normalização da pornografia esvaziará, ainda mais os discursos de gênero, que legitimarão discursos de ódio (CASTELLS, 2009; VIERA, 2012; NEELY, 2012; WOLF, 1992).

Uma postagem lançada no mundo contemporâneo através das tecnologias da sociedade internacional se torna uma fala global e que aproveita da inexistência de fronteiras locais, do comércio, para apoiar discursos de ódio e de desigualdade, se tornando, assim, um *locus* para a proliferação das heteronormatividades que fazem do ser humano diferente, especialmente atrelado às questões de gênero, reféns do preconceito que já existia anteriormente, mas em holofotes muito maiores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe aspectos do atual contexto social, uma sociedade digital, impulsionada pela internet, que teve seu processo de instauração a partir da década de 1970 e sua popularização a partir da década de 1990, quando a fusão da mídia de massa personalizada com a comunicação mediada por computadores, desencadeia uma enorme interatividade, fazendo da virtualidade algo real. A partir daí a tecnologia expande significativamente o seu poder. Muito desse acontecimento deu-se graças a evolução dos computadores pessoais, dos navegadores e sistemas desenvolvidos. Sinergicamente uma tecnologia foi influenciando o desenvolvimento da outra, de modo que os microcomputadores incentivaram o desenvolvimento de *softwares* na busca de tecnologias que facilitassem a vida dos usuários, formando-se uma rede mundial de interconexão entre os usuários.

Nesse sentido, a sociedade percebida atualmente, reflete a busca pela inserção nos meios virtuais de forma rápida e interativa e representa uma nova forma de interação e comunicação entre os indivíduos e cria-se uma nova cultura em que o meio virtual, se apresenta de forma intensa na sociedade. A informação é rápida e constante no meio social, notícias, fotos, vídeos, tudo está na rede, e de imediato. A internet rompe as barreiras geográficas e amplia as consequências de suas divulgações, assim como traz a característica de eternizar os acontecimentos, o que pode desencadear em violação de vários direitos fundamentais, como a dignidade e a privacidade que se tornam ainda mais atingíveis no espaço virtual.

Frente a esse contexto abordou-se a importância e o desafio de se repensar a discussão de gênero nesta sociedade de informação, que vêm promovendo a reprodução de heteronormatividades. Ao abordar as relações de gênero, Pierre Bourdieu (2014, p. 102)

afirma que a heterossexualidade é construída socialmente como padrão universal de toda prática sexual “normal”. A sociedade constantemente reforça pressupostos patriarcais e reproduz discursos da dominação e supremacia masculina construindo um padrão heteronormativista. Conforme Butler (2016, p. 47) “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica”, de modo que o fim da heterossexualidade compulsória iria inaugurar um verdadeiro humanismo, livre das imposições do sexo.

É necessário ampliar as discussões para além das questões que envolvem a orientação sexual. Numa perspectiva interdisciplinar é fundamental que se propiciem discussões em torno de um direito à diversidade sexual, capazes de englobar outros temas que continuam pouco tratados ou quase invisíveis nos debates jurídicos, tais como a transexualidade, de forma que propicie a construção de um projeto emancipatório que tenham por escopo dizimar injustiças e preconceitos vivenciados em nossa sociedade.

A divisão de papéis sociais, de condutas a serem desempenhadas por cada sujeito, e o que se considera por ser homem ou ser mulher, é fruto de anos regidos pelo patriarcado e pela heteronormatividade. Romper com estes sistemas de dominação e subjugação de determinadas categorias, onde há uma clara distinção em que alguns valem mais que outros se faz necessário para compreender categorias e siglas estranhas ao direito. Tendo em vista que a linguagem tem a capacidade de mostrar ou invisibilizar sujeitos, bem como pode excluir da história aqueles que não pertencem a uma determinada classe.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução, Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BELL, Daniel. **O advento da Sociedade Pós-Industrial**: uma tentativa de previsão social. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um conceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. 2ªed. Ver. E ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

BRZEZINSKI, Z. **Between two Ages: America's Role in the Technetronic Era**. Nova York: Viking Press, 1971.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

_____. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

_____, Gustavo. (orgs.) **A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política**. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005.

CAPRA, Fritjof. Vivendo Redes. In: Duarte, Fábio; Quandt, Carlos; Souza, Queila. **O Tempo Das Redes**. Editora Perspectiva S/A, 2008.

DAHL, Robert. **Dilemmas of pluralist democracy: autonomy vs. control**. New Haven: Yale University Press, 1982.

FERRAJOLI, Luigi. **Poteri Selvaggi**. La crisi della democrazia italiana. Roma-Bari, Laterza, 2011.

FREITAS, Lídia Silva de. A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. In: **Informação & Sociedade**, 2002.

HELD, David. **A democracia, o Estado-nação e o sistema global**. Lua Nova, São Paulo, n.23, p.149, mar. 1991.

LEMOS, André. Aspectos da Cibercultura: vida social nas redes telemáticas. In: **Críticas das Práticas Midiáticas**. São Paulo: Hacker Editora, 2002.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. Trad. Paulo Neves. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LUÑO, Antonio Enrique Pérez. Cibercidania: nova fronteira dos direitos humanos. In: MORAIS, José Luís Bolzan de; COPETTI NETO, Alfredo (orgs.). **Estado e Constituição: A internacionalização do Direito a partir dos Direitos Humanos**. 1. Ed. Ijuí: Unijuí, 2013.

MARKHAM, A. Disciplining the future: a critical organizational analysis of internet studies. In: **The Information Society**, 2005.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MISKOLCI, Richard. **Abjeção e desejo: afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault**. In: Para uma vida não-fascista. Org. RAGO, Margareth; VEIGANETO, Alfredo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NEELY, Sarah. Making bodies visible. Post-feminism and the pornographication of online identities. In: GUNKEL, D. GOURNELOS, T. (ed.). **Transgression 2.0. Media, culture and the politics of the digital age**. NYC: Continuum, 2012.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, José Carlos; MIRANDA, Taís. Sites de vídeos pornográficos amadores: encenação, mídiatização e exibicionismo do anonimato. **COMPÓS**, 2013. Disponível em: www.compos.org.br/data/biblioteca_1850.doc.

SABBATINI, R. M. E. Internet, globalização e cultura, In: **Jornal Correio Popular**, Campinas, 09/1996. Disponível em: <<http://www.epub.org.br/correio/index.html>>. Acesso em 23 maio 2017.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CARVALHO, Angela Maria Grossi de. Sociedade de Informação: Avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. In: **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009.

SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista. **A globalização ou o mito do fim do Estado**. Ijuí: Unijuí, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.

SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. **Teoria do direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

SOARES, Delfim. A Globalização numa perspectiva sociocibernética, In: **Revista Contracampo**, nº1. Mestrado da UFF, jul/dez/1997. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/cc2.htm>>. Acesso em 23 maio 2017.

VIEIRA, Vera de Fatima. Comunicação e feminismo. As possibilidades na era digital. TESE de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes (ECA) USP. São Paulo, 2012.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: 1992.